

A QUESTÃO DA NACIONALIZAÇÃO DO ENSINO: ESCOLAS ITALIANAS NA CIDADE DE SÃO PAULO NO INÍCIO DO SÉCULO XX.

Eliane Mimesse.
Centro Universitário Internacional(UNINTER)¹
emimesse@bol.com.br

RESUMO

Este estudo pretende abordar a questão da nacionalização do ensino na cidade de São Paulo nos anos iniciais do século XX. A proliferação das escolas privadas subsidiadas pelo Governo Italiano causou polêmica nos meios educacionais paulistanos. Objetiva-se compreender o impasse entre o discurso oficial sobre a necessidade de se expandir a escola primária pública e a proliferação das escolas italianas subsidiadas. As fontes documentais utilizadas para essa pesquisa foram os *Annuarios de Ensino do Estado de São Paulo* e os periódicos italianos *L'Eco*; *Avanti!* e *Fanfulla*. Essas fontes podem ser encontradas no acervo do Arquivo Público do Estado de São Paulo. Faz-se também menção a autores que trataram da imigração na cidade de São Paulo como Pereira (2010), Cenni (2003) e Biondi (2010); aos que estudaram a educação nesse período como Nagle (1985) e Catani & Lima (2002); e a autores que contribuíram com o esclarecimento sobre a situação escolar italiana como Manca (2011) e Salvetti (2002). Pôde-se constatar que o governo paulista conseguiu atingir seus ideais com relação a alfabetização da população residente na cidade de São Paulo, somente após a redução e consequente extinção dos subsídios recebidos pelas escolas privadas italianas.

Palavras-chave: nacionalização do ensino; imigração italiana; história da educação.

THE MATTER OF THE NATIONALIZATION OF EDUCATION: ITALIAN SCHOOLS IN THE CITY OF SÃO PAULO IN THE BEGINNING OF THE 20TH CENTURY

ABSTRACT

This study intends to approach the matter of nationalization in the education system of the city of São Paulo in the first years of the 20th century. The multiplication of private schools that were subsidized by the Italian government was polemical amidst educational contexts in São Paulo. The aim of this study is to understand the impasse between the official speech on the need to expand elementary schools and the multiplication of subsidized Italian schools. The documentary sources used for this research were the Annual Reports of Education in the state of São Paulo and the Italian newspapers *L'Eco*; *Avanti!* and *Fanfulla*. These sources can be found in the collection of the Public Archive of the state of São Paulo. Authors that studied the immigration in São Paulo such as Pereira (2010), Cenni (2003) and Biondi (2010) are also referred to, as well as those who studied education at that time, such as Nagle (1985) and Catani & Lima (2002), and also authors that contributed to the enlightening of the situation of Italian schools, such as Manca (2001) and Salvetti (2002). The conclusion was that the government of the state of São Paulo achieved its ideals regarding the literacy of the population living in the city of São Paulo only after the reduction and subsequent extinction of the subsidies received by private Italian schools.

Keywords: nationalization of education; Italian immigration; history of education.

Introdução

A nacionalização do ensino na cidade de São Paulo assumiu aspectos diversos do restante do país. Pôde-se comprovar a partir da leitura dos longos textos escritos nos relatórios de ensino pelos inspetores escolares. Esses textos faziam parte da coleção de *Annuarios de Ensino*, publicados no início do século XX pelo governo do Estado de São Paulo. A análise dos relatórios possibilitou a compreensão dos debates educacionais que se desenvolviam na época, entre eles as dificuldades do governo do Estado em lidar com o número excessivo de escolas estrangeiras italianas na cidade. O ponto crucial desses debates e discursos escritos pelos inspetores escolares, era o da precariedade das escolas públicas de ensino primário, contribuindo sobremaneira com o crescimento dos estabelecimentos privados.

Segundo Catani e Lima (2002) existia um *projeto de iluminação* que teria a educação do povo como foco. Esse projeto proporcionava naquele momento a construção de edifícios públicos escolares e a atenção redobrada ao processo de formação dos professores.

De fato, na última década do século XIX, a caracterização do projeto de iluminação do país pelos poderes da educação do povo conduziu as iniciativas de construção de escolas, de atenção para com a formação dos professores, os programas de ensino e as condições de trabalho dos mestres. [...] reconhece-se uma grande ênfase dada aos projetos educacionais, nas últimas décadas do século XIX, em contraposição ao que se seguiu nos primeiros anos do XX. (CATANI & LIMA, 2002, p. 157)

Apesar dessa preocupação, por parte do governo estadual, a realidade quanto ao excessivo número de alunos nas salas de aulas proporcionava alguns entraves em seu desenvolvimento. A *Hospedaria dos Imigrantes* recebeu muitos estrangeiros entre os anos finais do século XIX e iniciais do XX. De acordo com Pereira (2010) o crescimento da população justificou-se pelo grande número de pessoas que se dirigiram para o novo centro comercial e industrial. Com a expansão e a importância na produção e exportação de café, a cidade se tornou o local ideal aos mais diversos interesses.

A capital do estado de São Paulo acabou impondo-se como centro político-administrativo, passando progressivamente a exercer a primazia no campo econômico, estabelecendo ligações eficientes pela concentração de negócios, de capital financeiro, comercial e industrial. Esse crescimento e diversificação econômica foram acompanhados de uma progressiva expansão espacial e demográfica da cidade, impulsionada pelo complexo exportador cafeeiro, num período que se estendeu de 1870 até a década de 1920, quando, efetivamente, começou a esboçar os contornos de metrópole. (PEREIRA, 2010, p.20)

A cidade de São Paulo, de acordo com Biondi (2010), se inseriu em um contexto singular, transformou-se:

[...] durante o século XX, na metrópole com o maior número de descendentes de italianos no mundo, caracterizando-se, no início de sua expansão, como a cidade industrial do Brasil, na qual a componente italiana era majoritária em todos os setores de trabalho. (BIONDI, 2010, p. 24).

Reiterando esses comentários, pode-se incluir a explanação registrada por Cenni (2003, p. 327), quando tratou das impressões dos visitantes que chegavam à cidade de São Paulo. Um deles no ano de 1902 exclamou: “Os meus ouvidos e os meus olhos guardam cenas inesquecíveis. No bonde, no teatro, na rua, na igreja, falava-se mais o idioma de Dante que o de Camões”. Outro visitante, este um jornalista português, comentou ao chegar à estação de trens no bairro da Luz: “Encontramo-nos a cogitar se por estranho fenômeno de letargia, em vez de descer em São Paulo teríamos ido parar à cidade do Vesúvio”. Esse comentário, ainda segundo o autor, decorria da quase totalidade de cocheiros de tálburis procedentes da península itálica a se expressarem segundo seu linguajar local, dificultando a comunicação com os visitantes de outras etnias.

E, desta forma, essa cidade acabou por ser um dos centros de discussão sobre a nacionalização do ensino no país, nos anos iniciais do século XX. O ponto crucial dessa discussão recaía na ampla quantidade de crianças estrangeiras que chegaram a cidade acompanhando suas famílias. As escolas estaduais não tinham vagas suficientes para todas as crianças em idade escolar que viviam na cidade.

Portanto, por se inserir em um contexto inusitado, a cidade de São Paulo, acabou por antecipar a discussão sobre a nacionalização do ensino no país, que tomaria força somente durante o governo Vargas. Nos anos iniciais do século XX, os legisladores e educadores preocupavam-se com a organização das escolas primárias, em decorrência dos altos índices de analfabetismo. Tem-se de considerar, que nessa época, a população deste país era constituída principalmente por imigrantes, ex-escravos, índios e brasileiros. Levando-se em conta a população como um todo, poucos eram os sujeitos alfabetizados em Língua Portuguesa. Existia, deste modo, a necessidade de se nacionalizar a infância, porque com a educação dos filhos desta população na língua nacional, garantir-se-ia a formação dos futuros cidadãos brasileiros. Esse discurso pôde ser claramente identificado nos relatórios dos inspetores escolares.

Neste contexto, Nagle (1985, p. 261) nos alertou para a permanência dos “padrões escolares do Império durante anos do regime republicano”. Apesar dos debates sobre os assuntos educacionais ocorridos no final do período imperial, poucas foram as alterações concretas “diante das precárias condições do sistema escolar então existente, nos seus vários graus e ramos”. Na prática, a organização dos estabelecimentos de ensino públicos permanecia precária e difusa, mesmo no início do novo século, foi necessário um prenúncio com o aumento desmesurado da população da cidade para que novas medidas fossem debatidas e, paulatinamente, institucionalizadas. Mas, a manutenção dos padrões escolares existentes perpetuou arraigada por vários anos.

Uma das soluções encontradas pelas famílias estrangeiras mais abastadas na busca de vagas nas escolas estaduais foi a de matricularem seus filhos em escolas particulares, que do mesmo modo não ofereciam vagas suficientes, o que deu margem à criação de novas escolas. Neste momento, a abertura de estabelecimentos de ensino particulares subsidiados pelo governo Italiano e geridos pelos próprios conterrâneos, nos moldes das escolas italianas, foi uma solução muito bem aceita pela colônia, sendo que essas escolas visavam a alfabetização das crianças na língua pátria, de seu país de origem. Como foi descrito por Salvetti (2002, p. 540) a função das escolas italianas no exterior era a de enaltecer a educação nacional e o sentimento pátrio, utilizando-se “da língua italiana como meio de manter forte o legado entre os emigrados e a mãe pátria”.

O ensino dos mesmos conteúdos existentes no programa de ensino em vigor na Itália nas escolas privadas subsidiadas contribuiu para que entre os anos de 1907 e 1910 existissem em média 75 escolas elementares privadas italianas na cidade paulistana. Os dados constantes nos *Annuarios de Ensino* indicam que essas escolas cresciam a cada ano.

Segundo comentários do periódico *Fanfulla* (1906, p.797) sobre os cursos ministrados pelas escolas italianas, sabemos que mantinham “um curso elementar completo”, e apenas “uma ou duas com curso complementar”, os comentários também apresentam como elas eram estruturadas fisicamente quando cita que “a maior parte eram compostas por apenas uma sala”.

Para a elaboração deste estudo foram utilizadas fontes documentais, os *Annuarios de Ensino do Estado de São Paulo* e alguns dos periódicos publicados pelos imigrantes italianos na cidade de São Paulo. Faz-se necessário especificarem-se brevemente os *Annuarios do Ensino*, que foram criados no ano de 1907, para essa pesquisa foram analisados os dois anos de 1907 até os de 1910. Eram produzidos pela *Directoria Geral da Instrução Publica*, órgão subordinado à Secretaria de Estado dos Negócios do Interior e Justiça e a *Directoria do Ensino*, ambas vinculadas a Secretaria do Interior. Sua criação teve como objetivos demonstrar a estatística escolar; apresentar e discutir novas metodologias e processos didáticos destinados ao aprimoramento da formação dos professores e abordar assuntos diversos que poderiam colaborar com a educação popular.

Os volumes eram compostos por informações provenientes dos relatórios anuais, redigidos pelos Inspectores das Delegacias Regionais de Ensino da Capital e do interior do Estado. Esses relatórios, por sua vez, registravam as atividades escolares de seus distritos, como a assiduidade dos alunos, a estabilidade do corpo docente, a descrição dos estabelecimentos escolares, as despesas com materiais e proventos mensais dos professores, entre outras. Todos os relatórios dos inspetores eram compilados a fim de gerarem um ou dois volumes, que seriam publicados no final de cada ano.

A comissão de redação do primeiro *Anuario de Ensino* no ano de 1907 foi composta por João Lourenço Rodrigues, Ramon Roca Dordal, René Barreto e José Carneiro da Silva. Os demais volumes analisados foram assinados pelo Diretor da Instrução Pública que exercia o cargo no momento. Muitos dos comentários e trechos dos relatórios dos inspetores foram incluídos nesta narrativa, sempre mantendo a indicação de suas respectivas autorias e a grafia original.

Escolas isoladas e escolas italianas subsidiadas.

As escolas isoladas eram mantidas pelo Governo do Estado, as que existiam na Capital no início do século XX, apresentavam deficiências no seu funcionamento. Podem-se listar os problemas por elas encontrados no seu desenvolvimento, quanto ao espaço físico, aos materiais didáticos, a formação dos professores e a diversidade de métodos de ensino aplicados.

Em paralelo a discussão sobre as condições gerais nas escolas isoladas, ocorria outro debate, reiterado por várias vezes - por diferentes inspetores escolares, nos textos contidos nos *Annuarios de Ensino*, era a questão que tratava da obrigatoriedade do ensino da Língua Portuguesa. Desde a Lei de 29 de dezembro de 1896, o ensino da Língua Nacional, da História e da Geografia do Brasil tornaram-se obrigatórios nos estabelecimentos particulares de instrução primária, de acordo com os dados colhidos no *Anuario de Ensino do Estado de São Paulo* do ano de 1908. Essa Lei visava principalmente as escolas estrangeiras, criadas e frequentadas pela população imigrante. Mas, o que era instituído legalmente nem sempre se cumpria prontamente. Segundo o relatório do inspetor escolar Miguel Carneiro Junior constante no *Anuario de Ensino* de 1907 a referida Lei ainda não estava regulamentada, impedindo a ação pontual dos inspetores em requerer a obrigatoriedade de tal ensino. Deste modo, este inspetor defendia a necessidade de se regulamentar essa Lei o mais breve possível, para garantir a

implantação do ideal de nacionalização, porque nestas condições as quais esses estabelecimentos se encontravam: “o inspetor escolar só pôde averiguar si nessas escolas é ou não feito tal ensino. É claro que isso é insuficiente, o inspetor precisa conhecer si essas escolas estão nacionalizadas” (SÃO PAULO, 1907, p. 396). Outro dilema apontado por este mesmo inspetor era o risco que as escolas estrangeiras apresentavam à nação brasileira, porque formavam crianças brasileiras natas em cidadãos italianos, sendo que seus alunos eram todos italianos ou filhos de italianos.

O inspetor João Lourenço Rodrigues, no mesmo ano reiterou a periculosidade das escolas italianas, porque ensinavam as crianças a amarem outro país, e acusou o baixo número de inspetores escolares no Estado, para efetuarem a fiscalização, como um dos motivos da perpetuação desta situação. O recurso encontrado por ele era de que o Governo do Estado fizesse a doação de materiais didáticos para o ensino, como livros de História e de Geografia do Brasil, e deste modo, instituísse que essas escolas tivessem um professor brasileiro para o ensino de Língua Pátria, de História e Geografia. Esse inspetor ainda cogitava a possibilidade de o Governo encerrar as atividades das escolas italianas de ensino primário, que não cumprissem com essas determinações.

O argumento apresentado pelo inspetor João Lourenço Rodrigues, sugerindo o encerramento das atividades dessas escolas, não condizia com a realidade escolar da cidade de São Paulo naquele momento. Mas, reconhecia em seu relatório a real defasagem do Estado em oferecer vagas para todas as crianças em idade escolar moradoras na cidade, independentemente se elas eram brasileiras ou estrangeiras. Escreveu, além disso, sobre o aprendizado da História e da Geografia da Itália, e os resultados deste tipo de ensino em que as crianças aprendiam “a amar a Itália”. A pouca fiscalização dos inspetores escolares e a ligeira proteção por parte do Governo italiano era o caminho para que essas escolas se afastassem da legislação brasileira, denotando a tendência de “italianisar o ensino” (SÃO PAULO, 1907, p. 399).

No *Annuario* de 1907 pôde-se verificar nos comentários de Oscar Thompson, em discurso proferido, quando da entrega dos diplomas aos alunos da *Escola Normal da Capital*, quais eram as incumbências profissionais dos recém-formados. Tratou em sua preleção sobre os deveres dos professores, e que no exercício de suas respectivas práticas, contribuíssem com a nacionalização do ensino primário. Era, portanto, de extrema importância que a Língua Portuguesa fosse ensinada para adultos e crianças, a fim de evitar a proliferação de outro idioma no cotidiano dos estabelecimentos escolares. Como também deveria se efetivar, a cargo destes novos professores, o ensino de História e de Geografia do Brasil, visando o enaltecimento da Pátria brasileira. Portanto, “a necessidade de nacionalizar, abrigar o imigrante adulto, assim como seus filhos, quer nascidos aqui, quer fora, é, o magno problema da atualidade”. (SÃO PAULO, 1907, p. 45).

Destarte, neste ínterim no ano de 1908, foi fundada a *Unione Magistrale Italiane dello Stato di S. Paulo*, que tinha a pretensão de organizar os professores italianos proprietários de escolas na Capital. No editorial do periódico *L'Eco: d'ell'Unione Magistrale Italiane* (1908, p. 1), Frugiuele conclamava os professores ao seu “ofício honorífico de preparar as novas gerações, avivando no coração das nossas crianças o amor pela Pátria distante, o nosso idioma e nossa gloriosa História”. Mas, em seguida como se escrevesse para amenizar seu patriotismo exacerbado, continuou seu texto dizendo a esses professores que eles deveriam formar em cada escola um centro de civilidade verdadeira, de um patriotismo sincero e de progresso intelectual, que honrassem a Pátria, mas também recebessem com simpatia o país que os acolheu.

No *Annuario* de 1909, Oscar Thompson permaneceu abordando os mesmos pontos em seus relatórios. A nacionalização do ensino tornou-se eminente a cada dia, em função

do crescimento no número das escolas italianas na Capital. Para que essas escolas não ameaçassem a formação dos cidadãos brasileiros, ainda segundo Thompson, as medidas governamentais deveriam se voltar para a incorporação de todas as escolas estrangeiras ao ensino público.

Por vezes, as escolas estrangeiras tem constituído um verdadeiro perigo e, como tal, estabeleceu-se contra elas uma verdadeira campanha de extermínio. [...] Entre nós as escolas italianas oferecem perigo, com o abandono da lingua, da historia e da geografia nacional. [...] Precisamos incorporar as escolas italianas ao nosso aparelho escolar, aproveitando-as como elementos indiretos na ministração do ensino.(SÃO PAULO, 1909, p. 121)

A solução proposta por este Diretor da Instrução foi amplamente discutida e verificou-se que esse mesmo assunto retornou à pauta dos debates, em vários dos relatórios elaborados pelos mais diferentes inspetores. O ponto funcral da questão ainda permanecia o mesmo desde o início das discussões, a minguada verba pública. Não era possível a construção de novos edifícios e a contratação de novos professores. Portanto, os estrangeiros, leia-se italianos – tendo em vista esse quadro desolador da instrução pública, passaram a abrir a cada dia novas escolas primárias privadas.

Opiniões conflitantes nas associações de escolas italianas.

Na cidade de São Paulo no início do século XX existiam associações de escolas italianas concomitantes - que representavam Diretores e Professores. Tínhamos a *Unione Magistrale Italiane dello Stato di S. Paulo* e a *Federazione delle Scuole Italiane de San Paulo*, também conhecida pelos professores como *Federazione Scolastica*.

A *Unione Magistrale Italiane* foi criada na Itália no ano de 1901, com o intuito de amparar os professores com formação específica e que apresentassem um conhecimento teórico mínimo para a profissão. Defendia a necessidade de os professores fazerem um concurso público para o cargo, evitando os favoritismos, amizades e os parentescos no momento da escolha das cadeiras para professores primários. Seria necessário fazer valer o título cultural, que a pessoa possuía. A criação da *Unione Magistrale*, conforme citado por Manca (2011, p. 108) também se devia ao interesse da *Associazione di Maestri Socialisti*, que desde fins do século XIX e início do XX insistia no respeito aos professores e na necessidade desses profissionais organizarem-se em associações.

Na cidade de São Paulo a *Unione Magistrale Italiane dello Stato di S. Paulo* foi criada em 1908, teve como presidente Ercole Saladini e como secretário Luigi Lievore. No Estatuto da fundação da *Unione*, Capítulo 1º, Artigo 2º, encontravam-se os seus fins: estudar todos os problemas que envolvessem a vida das escolas italianas neste país; o prestígio de ser uma escola nacional e estrangeira; o melhoramento moral e financeiro das escolas associadas e o socorro mútuo entre os associados. (*L'ECO*, 1908, p. 1). No mapa estatístico constante no *Annuario* do ano de 1908, existiam 24 escolas italianas pertencentes à *Unione Magistrale*.

A *Federazione delle Scuole Italiane de San Paulo* reunia muitas das escolas italianas, surgiu em 1908 na cidade de São Paulo. O motivo do surgimento dessa associação foi em decorrência da divulgação de um movimento criado pela *Società "Dante Alighieri"*, que se propunha a difundir a cultura, a língua e a ministrar instrução ao cidadão italiano em terras estrangeiras, por pretender "abrir escolas primárias em todos os bairros

de grande presença italiana na cidade de São Paulo, geridas por professores formados” (AVANTI!, 1908, p. 1).

No ano de 1908 o periódico *Avanti!* – *giornale socialista quotidiano*, iniciou uma campanha visando à moralização das escolas italianas na cidade paulistana. De acordo com o artigo publicado era necessária a existência de uma escola sem mistificações, com verdadeiros professores e a favor da instrução. As críticas do periódico recaíam sobre a escolha do presidente da *Federazione delle Scuole Italiane* e as ações por esta propostas.

Em artigo do mês de junho de 1908 publicado no *Avanti!*, verificou-se que o periódico e a *Unione Magistrale* mantinham a mesma opinião com relação às escolas italianas da cidade. O artigo relatou os detalhes de uma assembléia realizada na *Unione* com a presença de 18 sócios, nessa reunião os sócios redigiram um documento apoiando a campanha criada pelo periódico. Enfatizaram ainda que a campanha era muito bem conduzida e se posicionaram contra aqueles que se intitulavam *Maestri di Scuola*, e que não apresentavam habilidades didáticas, nem cultura suficiente para esse ofício. Reforçavam a ideia do desprezo por esses, que se passavam por verdadeiros professores.

Toda a celeuma decorrida entre a *Federazione delle Scuole Italiane*, o periódico *Avanti!* e a *Unione Magistrale* foi ocasionada pela criação da *Federazione*. Os professores italianos e suas respectivas escolas na cidade eram vistos, pela comunidade italiana com certo desgosto, exatamente por exercerem a função de professores sem a devida formação. Os professores que viviam no Brasil eram regidos, até este momento, pelo Governo Italiano e para se organizarem criaram uma associação, que acabou por se dividir dando origem a *Federazione Scolastica* e a *Unione Magistrale*.

A constituição da *Federazione* ocorreu porque existiu a divulgação de que seriam criadas *escolas verdadeiras* em cada bairro da cidade em que existissem italianos. O que se teve notícia após essa divulgação foi de um alarme geral, porque essa ação poderia incorrer na extinção das escolas existentes, que não contavam com professores diplomados. Deste modo, a *Federazione* foi constituída, e proclamado como presidente o professor Pedatella. Mas, iniciou-se neste ponto novo impasse, segundo o artigo do *Avanti!* de 1908, a reunião que elegeu o presidente contava apenas com quatro professores, de modo que os votantes não eram relevantes para elegerem qualquer pessoa.

Todavia, em favor de Pedatella temos os comentários de Cenni (2003), que se referiu ao professor como um dos primeiros italianos a fundarem escolas na cidade de São Paulo, e atribuiu-lhe, ainda, a criação de um método de ensino que contribuiu no combate ao analfabetismo dos camponeses italianos. O autor tratou da questão que afligia as autoridades italianas no Brasil no período da passagem do século XIX para o XX, o desconhecimento do idioma italiano, por parte dos próprios sujeitos vindos da Itália. Os imigrantes que estavam na cidade de São Paulo continuavam a se expressarem nos seus idiomas locais, sem se importarem com a língua instituída como oficial na Itália.

O Estatuto da *Federazione* aprovou a abolição dos exames finais nas escolas federadas. Enfatizou ainda o repúdio a qualquer tipo de fiscalização, fosse ele por parte do *Regio Consolato* ou da *Società “Dante Alighieri”*, o que tornaria as escolas associadas dependentes apenas do presidente Pedatella.

Ainda segundo o artigo do *Avanti!*, em assembléia realizada pela *“Dante Alighieri”*, o Conselho exigiu que a *Federazione* apresenta-se uma espécie de balanço das ações que pretendia executar em determinado período. Mas, o que se constatou é que foram feitos apenas quatro *pich-nic com relative sbornie*. E, também nomearam como presidente honorário da *Federazione* o Comendador Scalabrini, que era inspetor geral das escolas na Itália. O motivo dessa nomeação foi uma declaração feita por ele, dizendo que o Governo via com bons olhos todas as escolas e professores que viviam pela obra da

instrução. Essa declaração também serviu de respaldo para a criação de novos estabelecimentos e ampliação das muitas escolas que compunham a *Federazione*.

É curioso verificar que na análise dos quadros estatísticos que relacionavam as escolas italianas da cidade de São Paulo, identificou-se a escola *Sempre Avanti Savoia*, de propriedade do professor Pedatella. Essa escola constava da listagem da *Federazione* no ano de 1908 e no ano de 1910 aparecia na listagem das escolas da *Unione*. A hipótese para tanto pode ser construída a partir da possível renúncia de Pedatella, da presidência da *Federazione*, por zelar pela sua imagem de professor idôneo e esta ter sido maculada pela campanha do *Avanti!*.

A denúncia do *Avanti!* ainda apontou para as ações pautadas no mau caráter desses professores vinculados à *Federazione*, por que:

[...] quando estava próxima a distribuição gratuita dos livros, nove escolas foram abertas na cidade de São Paulo. E tem mais: para ressaltar o número sempre maior de escolas federadas, e para defraudar o Governo no mesquinho dinheiro, recorrem a uma outra invenção: marido e mulher, abrem uma mesma escola em sua casa, inscrevem-na na *Federazione* e na “*Dante*”. (AVANTI!, 1908, p.2)

Desse modo, muitas escolas primárias foram abertas, apenas para receberem os parcos subsídios do Governo italiano, no formato de livros e de moeda corrente, mas nem sempre elas se mantinham em funcionamento. Essas pessoas más intencionadas chegaram a registrar a abertura de suas escolas na listagem da *Federazione delle Scuole Italiane* e na *Società “Dante Alighieri”*. Esse poderia ser o motivo pelo qual a *Federazione delle Scuole Italiane* agregava um grande número de escolas italianas na Capital entre os anos de 1907 e 1910.

Os alunos destas escolas italianas – supõe-se que, eram em sua maioria filhos de estrangeiros, ou mesmo estrangeiros que na falta de vagas nas escolas públicas, matriculavam seus filhos nas escolas privadas subsidiadas. Conforme os dados constantes nos *Annuarios de Ensino do Estado de São Paulo* existiam 6.537 alunos matriculados nas 85 escolas italianas no ano de 1908 e 7.088 matriculados no ano de 1910, nas 91 escolas italianas da Capital. Notou-se também, na análise destes documentos a localização das escolas nos bairros operários nos arredores da região central, como a Barra Funda, Bom Retiro, Brás e Vila Mariana que, de acordo com Pereira (2010, p. 21) esses bairros “foram surgindo no entorno de áreas alagadas e insalubres próximas às fábricas” e, algumas das vezes, eram cercados pelas linhas férreas. Outros bairros também fizeram parte deste grupo como o Pary, o Bexiga e o Cambuci. Mas, para além desses bairros existiam escolas italianas na região da Consolação, da rua de Santa Ephigênia, da rua São Caetano, na Vila Buarque e na Ponte Grande. (SÃO PAULO, 1907, p. 378).

A redução no número de escolas privadas italianas.

A partir do ano de 1910 percebeu-se uma alteração no número total de escolas italianas na cidade de São Paulo. Essa alteração pode ser entendida como resultado da campanha pela melhoria nessas escolas italianas, elaborada e divulgada pelo periódico *Avanti!*. Constatou-se que eram 28 as escolas na listagem da *Federazione delle Scuole Italiane* e 63 as escolas na listagem da *Unione Magistrale Italiane*. De tal modo que, a *Unione* passou a agregar um maior número de escolas.

Nesses anos estudados o número de inspetores escolares foi se ampliando, possibilitando uma maior fiscalização destas escolas estrangeiras. A instituição da

obrigatoriedade em contratarem-se professores brasileiros para o ensino da Língua Portuguesa, da História e da Geografia do Brasil, contribuiu para tornar, paulatinamente, mais efetivo o ensino desses conteúdos nas salas de aulas das escolas privadas.

Deve-se também considerar que com o início e o decorrer da Primeira Guerra Mundial o Governo Italiano não conseguiu manter plenamente as escolas subsidiadas. Apesar de esses subsídios receberem as mais diversas críticas dos próprios imigrantes, como foi constatado no periódico *Fanfulla*.

O Ministério do Exterior tem o hábito de mandar, a título de subsídio, para as escolas italianas do Exterior um material escolar imprestável, impróprio, enviado sem nenhum critério didático, um verdadeiro refugio dos depósitos das livrarias que por proteção da ameaçadora política dos órgãos da administração pública, se encontra sempre a disposição do Ministério da Instrução Pública. Aquele material obtido com grande e, algumas vezes, humilhante dificuldade, faz a maioria deles - os cidadãos brasileiros, rirem. Esse é o cuidado com o progresso de nossa escola primária. (FANFULLA, 1906, p.799)

A ameaça das escolas estrangeiras em *italianizarem* o ensino foi amenizada após o final da Primeira Guerra, quando os subsídios foram cancelados em função das circunstâncias sócio-políticas e econômicas. E, também porque outros imigrantes, esses vindos do Oriente, assumiram o posto dos debates e relatórios dos inspetores escolares paulistanos, no quesito referente a periculosidade de suas escolas e a necessidade da nacionalização no ensino de suas crianças.

Referências

BIONDI, L. Imigração italiana e movimento operário em São Paulo: um balanço historiográfico. In: CARNEIRO, M. L. T.; CROCI, F. & FRANZINA, E. (Org.s) **História do trabalho e História da imigração: trabalhadores italianos e sindicatos no Brasil** (séculos XIX e XX). São Paulo: EDUSP: FAPESP, 2010. p. 23-48.

CATANI, D. B. & LIMA, A. L. G. Vigilância e controle: os Anuários do Ensino do Estado de São Paulo e a História do trabalho docente no Brasil. (1907-1937). In: CATANI, D. B. & BASTOS, M. H. C. (Org.s) **Educação em revista: a imprensa periódica e a História da Educação**. 1ª reimp. São Paulo: Escrituras, 2002, p. 155 - 172.

CENNI, F. **Italianos no Brasil: andiamo in'Merica**. 3. ed. São Paulo: Edusp, 2003.

MANCA, P. **Note su profili di insegnanti elementari a Carmiano e Magliano tra fine '800 ed inizio '900**. Lecce: Progetto Emeroteca Digitale Salentina. Disponível: www.culturaservizi.it/vrd/files.pdf. Acesso: 25/11/2011.

NAGLE, J. A educação na Primeira República. In: FAUSTO, B. (Org.) **História Geral da Civilização Brasileira**. O Brasil Republicano: sociedade e instituições. (1889-1930). Tomo III. Vol. 2, 3. ed. São Paulo: DIFEL, 1985. p. 261- 291.

PEREIRA, R. M. **Washington Luís na administração de São Paulo** (1914-1919). São Paulo: Editora da UNESP, 2010.

SALVETTI, P. Le scuole italiane all'estero. In: BEVILACQUA, P., DE CLEMENTI, A. & FRANZINA, E. **Storia dell'emigrazione italiana**: arrivi. Vol. 2. Roma: Donzelli, 2002, p. 535 – 549.

Fontes

AVANTI!: jornal socialista quotidiano. São Paulo. Ano IX , n. 2037, 19/06/1908.

FANFULLA. **Il Brasile e gli italiani**. Firenze: R. Bemporad & figlio, 1906.

L'ECO: d'ell' Unione Magistrale Italiane. Ano I, n. 1, S. Paulo, 19/03/1908.

SÃO PAULO. **Anuarios do Ensino do Estado de São Paulo**. São Paulo: Typ. Siqueira & C.,1907 a 1910.

Nota

¹ Doutora em Educação pela PUC/SP. Efetua estágio de Pós-Doutorado no PEPG em História na PUC/SP.

Recebido em maio/2012
Aprovado em julho/2012